

WILIANDER SALOMÃO
**OS CONFLITOS ENTRE
PALESTINOS E
ISRAELENSES:**

A TRAJETÓRIA DOS FATOS HISTÓRICOS
E O DIREITO INTERNACIONAL



D'PLÁCIDO
EDITORA

Os Conflitos entre Palestinos e Israelenses:

a trajetória dos fatos históricos e o
Direito Internacional

Wiliander França Salomão



Copyright © 2014, D'Plácido Editora.
Copyright © 2014, Wiliander França Salomão.

Editor Chefe

Plácido Arraes

Produtor Editorial

Tales Leon de Marco

Capa

Tales Leon de Marco

Diagramação

Bárbara Rodrigues da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



D'PLÁCIDO
EDITORA

Editora D'Plácido

Av. Brasil, 1843 , Savassi

Belo Horizonte - MG

Tel.: 3261 2801

CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Salomão, Wiliander França.

Os Conflitos entre Palestinos e Israelenses: a trajetória dos fatos históricos e o Direito Internacional -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

Bibliografia

ISBN: 978-85-8425-028-8

1. Direito Internacional 2. Conflitos no Oriente Médio 3. Israel 4. Palestina I.
Título II. Conflitos entre Israel e Palestina III. História

CDU347

CDD 342

*Ao povo palestino e israelense.
Que seus anseios sejam coroados pela paz.*

“O coração do homem planeja o seu caminho, mas o Senhor lhe dirige os passos” (Provérbios, 16:9).

“Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar do calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser. Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver. (...).” (Amyr Klink, Mar sem fim: 360° ao redor da Antártica)

Dedico este trabalho à minha família - aos meus pais, Wilman e Maria Inês, aos meus irmãos, Charles e Alan, à minha cunhada Juliana, a meus amados sobrinhos que são fontes inesgotáveis de carinho e compreensão. Aos meus amigos e família por todo o apoio e incentivo que sempre me ofertaram.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, às minhas raízes cristãs árabes, por meio de meus avós Elias e Marta e à fascinante história da Palestina por terem despertado o interesse sobre este tema somado à minha paixão pelo Direito Internacional.

Agradeço à PUC-MINAS pela gratidão de proporcionar a oportunidade de desenvolver meus estudos no Programa de Mestrado em Direito Internacional Público da PUC-MINAS através de valiosos ensinamentos ao longo do curso.

Agradeço também, de forma especial, aos meus primos, aos diletos amigos, aos meus afilhados, à “turma de Beré” por ter me apresentado Israel, aos colegas da turma de Direito da Universidade de Itaúna e aos colegas que fiz durante o Mestrado pelas infinitas experiências e desafios partilhados ao longo do curso.

Por fim, agradeço a Deus e Jesus por me concederem a oportunidade de desenvolver um projeto audacioso e rico em história humana que se confunde com a própria evolução do mundo.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANP.....	Autoridade Nacional Palestina
AGNU.....	Assembleia Geral das Nações Unidas
CIJ.....	Corte Internacional de Justiça
CNP.....	Conselho Nacional Palestino
CSNU.....	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CVDT.....	Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados
EUA.....	Estados Unidos da América
FAI.....	Força Aérea Israelense
FENU.....	Força de Emergência das Nações Unidas
FPLP.....	Frente Popular pela Libertação da Palestina
GAA.....	<i>General Armistice Agreement</i> (Acordo Geral de Armistício)
FDI.....	Força de Defesa de Israel
OLP.....	Organização para Libertação da Palestina
ONU.....	Organização das Nações Unidas
ONUVT.....	Organismo das Nações Unidas para a Vigilância da Trégua Palestina
OOPS.....	Organismo de Obras Públicas e Socorro para os Refugiados da Palestina
OPEP.....	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
TPI.....	Tribunal Penal Internacional
TPS.....	<i>Town Planning Scheme</i> (Esquema de Planejamento de Cidades do Departamento de Construção e Planejamento Locais de Jerusalém)

UNRPR.....*United Nations Refugees Palestinian Relief*
(Auxílio das Nações Unidas)

UNRWA.....*United Nations Refugees Watch Agency* (Agên-
cia das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina)

UNSCOP.....*United Nations Special Committee On Palestine*
(Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina)

Sumário

1. Introdução	19
2. Eventos Históricos na Palestina	25
2.1 Breve introdução sobre os aspectos históricos e geográficos da Palestina.....	25
2.2 A História de Jerusalém - Dos cananeus a Abraão, o estabelecimento dos judeus no Egito e o regresso por Moisés.....	27
2.3 O domínio dos romanos e a Revolta dos Judeus.....	29
2.4 A origem do Islamismo.....	31
2.5 Sunitas x Xiitas.....	34
2.6 A expansão e declínio do Império Otomano.....	36
2.7 O movimento Sionista e o retorno a Eretz Israel.....	37
3. A Primeira Guerra Mundial e Sua Influência no Oriente Médio	45
3.1 O auxílio da Inglaterra na derrota dos otomanos e apoio à luta pela independência árabe.....	45

3.2 As promessas inglesas para os líderes árabes e sionistas – O acordo secreto de Sykes Picot e a conquista de Jerusalém pela Inglaterra.....	48
3.3 O Conselho Supremo dos Aliados na construção do Sistema de Mandatos da Palestina pelo Tratado de Versailles.....	50
3.3.1 A execução do Mandato Britânico sobre a Palestina.....	60
3.4 Os resultados da imigração judaica no Oriente Médio.....	64
3.4.1 As revoltas árabes contra a presença do exército inglês e da população judaica.....	65
3.4.2 A Comissão Peel e o Plano de Partilha inglês para a Palestina em 1938.....	69
4. A Causa Sionista e Árabe Nas Nações Unidas e o Plano de Partilha da Palestina:.....	71
4.1 Os reflexos da Segunda Guerra na Causa Judaica e o Sionismo nos Estados Unidos.....	71
4.2 A situação da Palestina inserida na ONU.....	74
4.3 Os objetivos da UNSCOP e consequências para a causa palestina e sionista.....	75
4.4 O Plano de Partilha da Palestina e a Fundação do Estado de Israel.....	77
Nota de conexão.....	83
5. Novas Guerras e a Ocupação dos Territórios:O Novo Legado Para A Palestina No Século XX.....	85
5.1 A primeira guerra árabe-israelense (1948-1949).....	85

5.1.1 O primeiro Acordo de Armistício entre Israel e países árabes.....	89
Nota de conexão.....	94
5.2 A Crise do Canal de Suez (1956).....	95
Nota de conexão.....	97
5.3 O nascimento da Organização para Libertação da Palestina - OLP.....	98
5.4 A Guerra dos Seis Dias de 1967 e a legítima defesa preemptiva de Israel.....	100
5.4.1 Os antecedentes e início de nova guerra.....	100
5.4.2 A Resolução 242/67 do Conselho de Segurança e sua (in) execução.....	107
5.4.3 As consequências para o futuro político e jurídico de Israel após os conflitos de 1967.....	114
Nota de conexão.....	117
5.5 A Guerra do Yom Kippur (1973).....	118

6. Os Projetos de Paz e Novas Turbulências – O Direito Internacional X Política

Internacional.....	123
6.1 A inédita aliança entre Israel e Egito pelos Acordos de Camp David.....	123
6.2 A Primeira Intifada palestina contra Israel em 1987.....	127
Nota de conexão.....	130
6.3 O início de um projeto de paz na década de 90 em que a violência dá lugar a novo entendimento político.....	131

6.3.1 A Conferência de Madri e os Acordos (secretos) de Oslo de 1993.....	131
6.3.2 Os termos do Acordo de Oslo I – a criação da Autoridade Nacional Palestina.....	133
6.3.3 Os termos do Acordo de Oslo II – as divisões administrativas da Cisjordânia.....	136
Nota de conexão.....	140
6.3.4 Novos acordos em Wye River Plantation e Camp David: renegociando Oslo II.....	141
6.4 Novo milênio e a nova Intifada responsável pelo colapso da Palestina (2000–2002).....	144
6.4.1 Análise dos resultados da Intifada: O fracasso de Oslo II, a construção do Muro divisório na Palestina e o cerco a Yasser Arafat.....	148
Nota de conexão.....	151

7. A Questão Palestina nas Nações Unidas e Seu Envolvimento Com a Política dos Eua: O Antagonismo nos Conflitos.....

7.1 A inserção inicial da Questão Palestina na Assembleia Geral.....	153
7.2 A jurisprudência da Corte Internacional de Justiça sobre os conflitos.....	155
7.3 A política norte-americana direcionada à Israel e ao Oriente Médio.....	165
7.3.1 O alinhamento político entre Israel e a Doutrina Bush na legítima defesa contra o terrorismo	172

8. O Direito Internacional e o Status Jurídico de Jerusalém.....177

- 8.1 As regras do Mandato Britânico sobre a Cidade Santa.....177
- 8.2 A internacionalização da Cidade Santa pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução 181 que partilhou a Palestina.....186
- 8.3 A ocupação exercida pela Jordânia sobre Jerusalém após a guerra de 1948/1948 e de Israel após 1967.....190
- 8.4 O status de Jerusalém referente ao novo projeto da ONU de um regime internacional permanente após o Armistício de 1949.....198

9. As Questões Relativas à Ocupação Territorial, Assentamentos e Refugiados Palestinos Analisados Pelas Nações Unidas, Suprema Corte de Israel e Pelo

Jus in Bello207

- 9.1 Novo panorama na Palestina após a ocupação dos territórios pela Guerra dos Seis Dias.....207
- 9.2 Breves comentários sobre a origem das comunidades judaicas durante o Mandato Britânico.....217
- 9.3 As políticas dos assentamentos analisadas pelo Direito Internacional.....220
- 9.4 As disposições da IV Convenção de Genebra nos conflitos Palestinos.....227
- 9.5 Os precedentes da Suprema Corte de Israel a respeito das medidas executadas pela Força de Defesa israelense na Palestina.....237

9.6 Os refugiados palestinos e a proteção internacional do indivíduo.....	251
9.7 O conflito na Faixa de Gaza: Israel x Hamas.....	257
9.8 As Cartas de Direitos Humanos da Palestina: a Lei Básica da Dignidade Humana e Liberdade de Israel e da Lei Básica da Palestina.....	263
9.9 Algumas propostas de soluções.....	269
9.9.1 O fator político em Israel como determinante no avanço das negociações de paz com a Autoridade Palestina.....	269
9.9.2 As bases necessárias para existência de um caminho de soluções para os conflitos.....	275
Considerações Finais.....	283
Referências.....	291
Anexos.....	307
ANEXO 1.....	307
ANEXO 2.....	308
ANEXO 3.....	321
ANEXO 4.....	330
ANEXO 5.....	345

Antes de iniciar o presente estudo, é cabível fazer as seguintes indagações: por que os conflitos entre israelenses e palestinos existem? Quais foram os motivos que originaram esse fato e por que eles ainda se prolongam no tempo?

O presente trabalho foi resultado de minha dissertação de Mestrado em Direito Internacional Público pela PU-C-MINAS em 2013, a qual obtive nota máxima da banca examinadora, tendo como Orientador o Professor José Luiz Quadros de Magalhães. Este trabalho teve objetivo de encontrar uma resposta satisfatória e viável para elucidação desse tema. Para a edição do presente livro, outros dados foram acrescentados.

Na medida em que o leitor for acompanhando o desenvolvimento dos fatos aqui narrados, poderá ter uma melhor compreensão dos acontecimentos surgidos na história atual, sob o ponto de vista histórico, político e jurídico na Palestina.

De início, cabe lembrar que nos últimos anos desde que o Oriente Médio foi negociado em Versailles em 1919 e da partilha da Palestina pelas Nações Unidas em 1947, o mundo tem observado os incessantes conflitos entre israelenses e palestinos sem ter uma completa concepção sobre o problema. Para muitos, é uma simples luta por terras, para outros um imperativo religioso.

Inúmeros estudos e reflexões já foram produzidos no meio social, político e jurídico a fim de fixar maiores entendimentos sobre os motivos que levam dois povos a lutar por um diminuto território sem maiores riquezas naturais em uma área desértica.

O prolongamento dos conflitos no Oriente Médio afeta a sociedade internacional que sempre está às voltas em tentativas de soluções pacíficas desses eventos tendo com base o direito à autodeterminação. Desde a criação de Israel, foram travadas quatro guerras com os países árabes: a da Independência de 1948/49, a Campanha do Sinai de 1956, a dos Seis Dias de 1967, e do Yom Kippur de 1973.

E como essas consequências foram tuteladas pelo Direito Internacional, principalmente com relação à ocupação militar na Palestina e a disputa por Jerusalém? Esta é uma pergunta que envolve uma infinidade de explicações sem produzir um entendimento satisfatório.

Em linhas muito gerais, para se chegar às respostas é necessário unir o fator histórico com o fator jurídico para que os acontecimentos possam ter uma base linear lógica desde o seu início no século XX com análise dos regulamentos feitos pelo Direito Internacional sobre esses fatos.

O povo judeu, desde a sua expulsão da Judéia nos períodos do ano 70 d.C. e de 135 d.C. pelo Império Romano, já acalentavam o desejo de regressar à terra que foi dada por Deus ao seu patriarca Abraão e restabelecer sua soberania na região. Para os árabes que viviam na Palestina, os séculos de domínio e opressão pelo Império Otomano fez surgir seu nacionalismo como meio de efetivar sua independência através de um Estado nacional. Nestes dois anseios descritos, está o centro dos conflitos na Palestina.

Outro fato a contribuir para a formação das primeiras hostilidades foi a administração do Oriente Médio pelas potências ocidentais despertando revoltas internas contra

o invasor imperialista desde a Primeira Guerra em que a Inglaterra prometeu auxiliar os árabes a conquistar sua independência na Palestina ao mesmo tempo em que prometia aos líderes judeus um lar nacional no mesmo local. A não execução desses compromissos combinados com a inabilidade do governo inglês em lidar com estes arranjos fez nascer as primeiras hostilidades entre árabes e as colônias judaicas na primeira revolta na década de 20.

A ONU buscou dirimir o problema aprovando a Resolução 181/47 que partilhou a Palestina em dois Estados soberanos como solução aos conflitos e colocando Jerusalém sob administração internacional, com proibição de sua divisão e militarização. Após a guerra de 1948/49, Israel ocupou a parte ocidental da cidade e a Jordânia ocupou a parte oriental.

A interferência da antiga União Soviética que auxiliou e equipou militarmente os países vizinhos árabes contra Israel contribuiu para o agravamento das hostilidades ao levar a luta ideológica da Guerra Fria para o Oriente Médio, e dificultando a realização de negociações de líderes árabes com o governo israelense nas décadas de 50 e 60, o que possibilitou a ocorrência de mais guerras.

Após a Guerra dos Seis Dias em 1967, Israel ocupou os territórios palestinos da Faixa de Gaza e Cisjordânia, de Jerusalém Oriental, ocupou o território egípcio do Sinai e o território sírio das Colinas de Golã, justificando a aplicação de medidas de emergência para proteção de sua população. Como consequência, milhões de palestinos passaram a ser regidos por regulamentos militares israelenses.

Com o passar do tempo, percebeu-se que o núcleo principal para o prolongamento dos conflitos desde 1967 até a atualidade é a ocupação territorial palestina, ainda que de forma parcial, compreendendo a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e há quem entenda a Faixa de Gaza,

mesmo após a criação da Autoridade Nacional Palestina. É de extrema importância a análise do Direito Internacional sobre as principais causas para o agravamento definitivo das hostilidades e o ponto central deste estudo na observância do status jurídico de Jerusalém traçado pelo Plano de Partilha da ONU, a situação dos territórios palestinos com seus reflexos no surgimento de refugiados, política internacional, resoluções das Nações Unidas e outras implicações que ainda carecem de solução, uma vez que envolve diretamente todos os atores internacionais e representando uma constante ameaça à paz e à segurança mundial.

No presente trabalho, nosso objetivo é narrar os principais fatos que norteiam todo o histórico dos conflitos. Saber a origem dos conflitos é o primeiro passo para iniciarmos os entendimentos. É de extrema importância uma análise prévia dos principais acontecimentos que antecederam a criação do Movimento Sionista, o nacionalismo árabe da Primeira Guerra, a ocupação militar e seus desdobramentos até a década de 2000.

A ocupação dos territórios viola o Direito Internacional e as Resoluções das Nações Unidas, principalmente pelo posicionamento da Corte Internacional de Justiça, dos regulamentos de Haia de 1907 que representa as disposições sobre a guerra terrestre e suas limitações, e da IV Convenção de Genebra de 1949 sobre a proteção de civis durante uma ocupação por virtude de conflito armado.

O Direito Internacional determina que toda e qualquer ocupação de um Estado sobre um território por virtude de conflito armado deve ser transitória, o exército hostil deve preservar a ordem pública local, é proibido quaisquer alterações físicas e legislativas e o impedimento de transferência de sua população para estas áreas, ressaltando que o programa de assentamentos nos territórios não são autorizados pelas normas internacionais regulatórias,

representando mais um conturbado fator que obsta qualquer negociação.

Outro sério motivo a alimentar o prolongamento destes desentendimentos é o envolvimento de grupos fundamentalistas à margem do governo palestino que não apoiam os acordos políticos, como o Hamas cuja causa principal é a luta armada contra Israel e a pretensão de fundação de um único Estado islâmico em toda a Palestina, demonstrando ser um perigoso antagonismo aos ideais da Autoridade Palestina para o futuro de relações pacíficas com o governo israelense.

O povo judeu conseguiu efetivar seu direito à autodeterminação, o povo árabe não, e essa situação se prolonga desde a intervenção do Mandato Britânico, dando origem aos desdobramentos que alimentaram diversos outros conflitos e situações de difícil solução no presente momento que permitiram a corrida armamentista no Oriente Médio, a quebra da economia local, o agravamento da vida social, revoltas populares, ataques terroristas, entre outras situações.

As normas jurídicas internacionais representam um núcleo de tutela para produzir princípios e regras jurídicas capazes de proporcionar um entendimento direto em conjunto com soluções políticas que já mostraram sua eficiência em alguns acordos decisivos na Palestina a exemplo dos Tratados de Paz entre Israel e Egito que possibilitou a desocupação militar e territorial do Sinai.

O aspecto político visto na vida pública israelense contribui para a evolução ou para interrupção dos conflitos, norteando a opinião pública interna de acordo com as ideologias existentes sobre a reaproximação com a sociedade palestina. Os mais significativos acordos políticos feitos por Israel existiram sob a liderança dos partidos de esquerda.

Com intuito de facilitar a compreensão dos aspectos históricos dos conflitos na primeira parte do livro, foram inseridas notas de conexão para obtenção de melhor

entendimento na relação entre um evento e outro com as hipóteses analisadas no presente trabalho.

Por fim, é preciso conhecer para elucidar. O Direito Internacional e a história são partes fundamentais nesta tarefa de tecer um panorama dos fatos, mesmo porque, foi através dele que foi possível estabelecer durante a história dos conflitos diversos acordos de armistício, tratados de paz e a própria criação de Israel.

Da mesma forma, é visível as consequências que essas desavenças trouxeram para a Palestina e toda a sua população, seja árabe ou israelense, e que envolve toda a sociedade mundial de forma direta.

Esperamos realizar importantes contribuições capazes de construir um direcionamento apto a produzir um eficaz entendimento sobre uma situação única que se prolonga por mais de noventa anos desde o fim da Primeira Guerra Mundial.

2.1 Breve introdução sobre os aspectos históricos e geográficos da Palestina

De acordo com Jamal Salah (2002), a região da Palestina possui 27.000 quilômetros quadrados de extensão e é formada por quatro principais áreas: uma área no mediterrâneo, rica e fértil; uma área formada por montanhas em que estão localizadas a maioria dos lugares santos do cristianismo, judaísmo e islamismo; a área do Vale do Rio Jordão predominantemente rica em recursos hídricos; e a área desértica palestina situada na região sul entre o Sinai e o deserto da Jordânia.

A população da região da Palestina é estimada em mais de dez milhões de pessoas, incluindo israelenses e palestinos. Em décadas passadas a atividade econômica local se resumia à agricultura e pastagem, mas ao longo dos anos diversas outras atividades foram desenvolvidas como o turismo e a indústria de produtos.

Quando nos referimos ao povo árabe, indicamos toda a população no Oriente Médio. Ao nos referirmos aos palestinos, estamos concentrando a população existente na Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental.

A Palestina está localizada no Oriente Médio, um território que se estende desde o leste do Mar Mediterrâneo até o Golfo Pérsico na região da África e Ásia e com a

Por que os conflitos entre israelenses e palestinos existem? Quais foram os motivos que originaram esse fato e por que eles ainda se prolongam no tempo? De início, cabe lembrar que nos últimos anos desde que o Oriente Médio foi negociado em Versailles em 1919 e da partilha da Palestina pelas Nações Unidas em 1947, o mundo tem observado os incessantes conflitos entre israelenses e palestinos sem ter uma completa concepção sobre o problema. Para muitos, é uma eterna luta por terras, para outros uma necessidade religiosa.

Na medida em que o leitor for acompanhando o desenvolvimento dos fatos aqui narrados, poderá ter uma melhor compreensão dos acontecimentos surgidos na história atual, sob o ponto de vista histórico, político e jurídico na Palestina.

Em linhas muito gerais, para se chegar às respostas é necessário unir o fator histórico com o fator jurídico para que os acontecimentos possam ter uma base linear lógica desde o seu início no século XX com análise dos regulamentos feitos pelo Direito Internacional sobre esses fatos.

